



À Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba- CODEVASF

À 10ª Secretaria Regional De Licitações - 10ª/SL

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90001/2025

ILUSTRÍSSIMO SENHOR AGENTE DE CONTRATAÇÃO RESPONSÁVEL DA 10ª SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES - 10ª/SL- CODEVASF.

OBJETO: Contratação de serviços de execução de pontes com cabeceiras modulares em concreto armado e transposição mista, em diversos municípios inseridos na área de atuação da 10ª Superintendência Regional da CODEVASF, no estado do Tocantins, por Sistema de Registro de Preços – SRP.

A empresa MACARIO CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 01.952.789/0001-43, com sede a Av Paralela Norte, S/N, Bairro Centro, na cidade de Placas, no estado do Pará, CEP: 68138-000. Neste ato representada por sua sócia administradora a Sra. JULIANA BARBOSA DOS SANTOS, brasileira, empresária, inscrita no CPF de nº 631.607.163-92 e RG: 067250612018-0 PC/PA. Vem interpor suas contrarrazões, apresentados a seguir:

1. DA TEMPESTIVIDADE

Com o disposto ao Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

§ 4º O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

De acordo com a Lei 14.133/2021, o prazo para apresentar contrarrazões a um recurso administrativo em licitação é de 3 dias úteis. O prazo começa a contar a partir da data em que o licitante é instado a responder, ou a partir da divulgação do recurso no canal competente.

Assim, o prazo para Contrarrazões iniciou-se em 30/05/2025, o termo final para apresentação das vertentes contrarrazões ocorre em 03/06/2025. Está comprovada, portanto, a tempestividade da vertente peça.

Por conseguinte, apresentadas as contrarrazões nesta data, estas são tempestivas e aptas a serem apreciadas e julgadas favoráveis aos oras Requerente, o que desde já se requer.

2. BREVE SÍNTESE DO PROCESSO

A CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba), divulgou **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90001/2025**, tipo "MAIOR DESCONTO", objetivando a *“Execução de pontes com cabeceiras modulares em concreto armado e transposição mista, por Sistema de Registro de Preços – SRP, em municípios diversos inseridos na área de atuação da 10ª Superintendência Regional da Codevasf, localizados no estado do Tocantins”*.

Em apertada síntese, está que contrarrazoa, teve de forma correta os “julgamentos” expostos em ATA DA CONTINUAÇÃO DE SESSÃO DE HABILITAÇÃO, exarada em 09 de abril do ano corrente, sendo que para tanto, apenas e tão somente, esta fora julgada habilitada no certame em comento, atendendo aos todos exigidos em sua plenitude, exsurge relevante dizer que o Srº. Agente de contratação da Comissão de Licitação é merecedor de grande respeito e admiração visto a serenidade amparada pela legalidade, conjuminado pelo notório conhecimento jurídico, ainda sim, pela honestidade com que prolatou a decisão de habilitação. Desta, outrossim, a habilitação da recorrente, com a qual fez por concluir pela preocupação com a equidade, isonomia e aspectos éticos e probos, que estão vinculados a atividade licitatória, que avultam nas razões de decidir.

Assim, na análise do presente feito, em nosso entendimento, conforme amparos que seguem em posterior, notamos a acertada decisão, haja vista estarem presentes todos os pré-requisitos para tal, todavia, não entendeu assim a ora recorrente, afirmando equivocadamente, em síntese que a decisão deve ser reformada, tornando-nos inabilitado.

Todavia, insta salientar que, o recurso administrativo ora atacado não passa e não traz em seu bojo conteúdo desprovido de juridicidade, protesto deduzido em afirmações genéricas e contrárias às provas materiais trazidas aos autos, sendo por tanto incapaz de retificar o ato emanado de forma correta.

3. RAZÕES DA RATIFICAÇÃO DOS ATOS

Conveniente é deixar expressamente consignado que esta que contrarrazoa, preencheu todos os pré-requisitos e intenções estabelecidas em Edital e Anexos, estando ao nosso sentir perfeitamente habilitada.

No caso em questão, não cabe inferir se o Srº. “Presidente” ao analisar as planilhas e a documentação desta que contra razoa, teria atuado com displicência, todavia, acreditamos que atuou no âmbito de seu poder discricionário, outrossim, apoiado na plena legalidade, ao qual deve ser observada em sua plenitude em qualquer caso em que as partes se vinculam aos termos do edital.

Não por demais, não resta presente comprovação de erro e/ou dolo na avaliação por parte do Srº “Agente”, capaz de “forçar” a retificação da já anunciada habilitação ao qual pleiteia a recorrente.

Desta feita, frisa-se:

Ab initio, cumpre verificar que o artigo 5º, caput, da Lei nº 14.133/2021 preleciona que tanto a Administração Pública como os interessados ficam obrigados à observância dos termos e condições previstos no Edital.

Ressalta-se que a previsão em comento não fere qualquer princípio do direito administrativo, estando, pois, amparada na legalidade, legalidade esta ao qual se apoiou o “Agente Público” para o Despacho.

Outro ponto importante para se salientar diz respeito ao chamado princípio do julgamento objetivo, que deve observar o critério objetivo previsto no Edital, ou seja, apoia-se em fatos concretos exigidos pela Administração e confrontados com os documentos e planilhas apresentados.

Neste sentido, define o renomado autor Marçal Justen Filho, em sua obra COMENTÁRIOS À LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS:

“Ao submeter à administração ao princípio da vinculação ao ato convocatório, a Lei nº 14.133/21 impõe o dever de exaustão da

discricionariedade por ocasião de sua elaboração. Não teria cabimento determinar a estrita vinculação ao edital e, simultaneamente, autorizar a atribuição de competência discricionária para a comissão indicar, por ocasião do julgamento de alguma das fases, os critérios de julgamento. Todos os critérios e todas as exigências deverão constar de modo expresso e exaustivo, no corpo do edital.”

Conclui-se, portanto, a impossibilidade de ser declarada esta que contra razão inapta – inabilitada, vez que o processo licitatório deve ser restrito ao certame.

Antes de entrarmos no mérito da questão, importante destacar que a Recorrente apresentou razões recursais de aproximadamente 18 (dezoito) laudas, tentando convencer a Comissão de Licitação assim como o AGENTE DESIGNADO, sobre uma tese absurda, qual seja, acusando de conluio sem as devidas comprovações, evidenciando apenas a sua insatisfação e a intenção de ludibriar essa digna comissão.

E de mas a mas e ao longo das razões de defesa, a recorrente, SE QUER TROUXE AOS AUTOS PROVA MÍNIMA DE SUAS ALEGAÇÕES, PROVA PRÉ – CONSTITUIDA, NÃO SE INCUMBIU NO MOMENTO OPORTUNO POR **MAIS UMA VEZ**, DE SEU ÔNUS DE COMPROVAR A LEGALIDADE DOS DISCUTIDOS, NÃO TENDO POR **MAIS UMA VEZ**, COMO AVALIAR SE EXISTE OU EXISTIU O ALEGADO CONSTRANGIMENTO “ILEGAL”, FALTA-LHE PORTANTO UMA DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA O DEFERIMENTO DO PLEITO, QUE É A POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO, **RAZÃO PELA QUAL NÃO MERECE PROSPERAR O PLEITO DE INABILITAÇÃO DESTA QUE CONTRA-RAZOA.**

Com a apresentação de tais fatos, resta evidente que a intenção da recorrente, ao interpor o recurso administrativo, é apenas procrastinar o andamento do certame, sem apresentar embasamento legal suficiente para contestar as decisões e os procedimentos adotados. A recorrente está, de forma clara, buscando unicamente postergar o regular prosseguimento do processo, prejudicando, assim, os demais concorrentes e o bom andamento do certame.

É importante ressaltar que o recurso administrativo deve ser utilizado de forma legítima e fundamentada, com o objetivo de garantir a igualdade de oportunidades e a lisura do processo de seleção. Ao utilizá-lo de forma indevida, a recorrente está agindo de má-fé e prejudicando a transparência e a eficiência do certame.

Portanto, é necessário que as autoridades competentes estejam atentas a tais práticas e adotem as medidas necessárias para garantir a lisura e a celeridade dos processos administrativos, assegurando assim a igualdade de oportunidades e a proteção dos interesses públicos. De forma que possa ser assegurado o cumprimento da lei que rege o processo licitatório, ainda que, como mencionado anteriormente, a conduta da proponente MVDC EMPREENDIMENTOS LTDA, fere o artigo 5º da Lei de Licitações 14.133/2021, onde cita os princípios vigentes.

4. DOS MOTIVOS

O processo de origem tratou de representação protocolada pela pessoa jurídica MVDC EMPREENDIMENTOS LTDA, a qual comunicou supostas irregularidades infringidas por nossa empresa contra o Edital do Pregão Eletrônico nº 90001/2025 da CODEVASF/TO, o qual teve por objeto a contratação de empresa para execução de pontes com cabeceiras modulares em concreto armado e transposição mista, em diversos municípios inseridos na área de atuação da 10ª



Superintendência Regional da Codevasf, no estado do Tocantins. Em síntese, a representante apontou as seguintes irregularidades:

No recurso apresentado pela empresa MVDC EMPREENDIMENTOS LTDA, esta acusa que existem erros insanáveis na elaboração da proposta da MACARIO CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO LTDA. Os possíveis erros apontados não são nomeados como insanáveis, uma vez que são passíveis de correção, não comprometendo a legalidade do processo. É importante destacar, que a referida licitante não apresentou fundamentos jurídicos que sustentem sua argumentação contra a empresa.

Na Lei de Licitações nº 14.133/2021 e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEVASF, erros considerados insanáveis são aqueles que não podem ser corrigidos ou sanados, e que comprometem a legalidade e a validade do processo licitatório ou da contratação. Como exemplo os erros de forma, como a falta de assinatura de um documento, a apresentação de um documento em formato incorreto, ou a não observância de um prazo legal, que não podem ser corrigidos após a ocorrência. Todavia, a MACARIO CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO LTDA, não cometeu nenhum desses mencionados, os erros discriminados pela proponente são todos passíveis de correção.

4.1 ERRO INSANÁVEL

A Recorrente, em seu recurso, acusa que existem erros insanáveis na elaboração da proposta da Recorrida. Que são vícios substanciais de natureza técnica e legal, os quais comprometem diretamente o valor final ofertado, desrespeitando de maneira irreversível os princípios da legalidade, assim como o princípio da isonomia do certame.

A motivação para sugerir a inabilitação da nossa empresa, teve por base supostamente ter descumprido o instrumento convocatório, afirmando a equipe técnica que os números percentuais do BDI e dos encargos sociais utilizados não condizem com o percentual a ser aplicado por esta ser optante pelo Simples Nacional.

Com a devida *vênia*, a inabilitação desta licitante baseada simplesmente em erro de utilização dos valores de BDI/Encargos Sociais, acaba por produzir ato arbitrário e desvinculado de legalidade e isonomia, restringindo indevidamente a competitividade do certame, além de ferir o fim precípua da licitação que é a busca pelo melhor preço/menor desconto conforme item 1.1.2 do edital.

Ora, o fundamento utilizado pela recorrida acaba por fugir do campo da análise objetiva, fazendo valer seu entendimento com requisitos e premissas não constantes em edital, o que demonstra pelo simples fato de que na decisão não é apontada qual item do edital foi ferido pela recorrida.

A utilização do BDI de 23,41% pela empresa deu-se exclusivamente em atendimento ao edital, já que a única planilha orçamentaria divulgada pela Administração não faz diferenciação quanto ao regime tributário das licitantes.

Ademais, o valor da proposta apresentada é de risco exclusivo da Licitante, sendo de responsabilidade dela arcar com os valores não evidenciados, desde que não altere valor a maior ao lance vencedor, tanto que o edital esclarece nesse sentido:

6.12. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o Licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.



Para fins de elucidação e comprovação de valor jurídico, cabe mencionar entendimento externado pelo TCE/MT, por ocasião do julgamento singular em outro processo licitatório, cujo dados seguem: nº 209/JJM/2020, Processo nº 5.155-1/2019, que considerou abusiva a desclassificação da proposta de uma das licitantes por divergência de BDI, visto que é ônus da empresa estimar o seu faturamento, definir as alíquotas de tributos e assumir o risco por essa definição, *verbis*:

Portanto, considero que a adesão ao Simples Nacional não isenta a empresa dos impostos considerados no BDI. Pontuo que tais tributos serão englobados em uma guia única de arrecadação e a alíquota varia em função da receita bruta em 12 meses, os quais podem ser apropriados no BDI como uma alíquota única ou discriminado, como fez a licitante.

Logo, conforme destacado pela SECEX, entendo que a empresa Raphael Piva não poderia definir, antecipadamente e com precisão, qual a alíquota que efetivamente seria utilizada no cálculo de seus tributos.

Nesse tocante, transcrevo trecho do Relatório Preliminar (Doc. Digital 138687/2019):

A empresa deve estimar seu faturamento, definir alíquotas dos tributos e assumir o risco por essa definição. Esse valor definido no BDI vai determinar o valor de sua proposta e vai permitir que a Comissão de Licitação escolha a proposta mais vantajosa para a Administração.

Dessa forma, vislumbro que à Administração interessa contratar com a empresa qualificada que apresentar os melhores preços. Não importa se a eventual redução de tributos proporcionada será transferida à contratante ou se irá propiciar maiores lucros à contratada.

Ressalto que é inadmissível à Administração Pública pagar preços maiores unicamente para impedir que a contratada obtenha lucros maiores. A melhor proposta não é a que apresenta menores lucros à proponente, mas sim aquela que proporciona menores dispêndios à contratante.

A este respeito, destaco o Acórdão do TCU 1.804/2012 - Plenário:

A desclassificação de proposta de licitante que contenha taxa de BDI acima de limites considerados adequados pelo TCU só deve ocorrer quando o preço global ofertado também se revelar excessivo, dado que a majoração do BDI pode ser compensada por subavaliação de custos de serviços e produtos.

Essa decisão confirma a supremacia do interesse público.

Fonte: TCE/MT, nº 209/JJM/2020

Cabe destacar que o TCE/MT foi veemente em reafirmar que o Órgão Licitante buscar a melhor proposta em prol do menor dispêndio da Administração Pública, conforme preconizado no art. 11º da Lei de Licitações nº14.133/2021 e no art. 3º da do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEVASF;

Logo, os possíveis erros apontados não são nomeados como insanáveis, uma vez que, são passíveis de correção, sem comprometer a legalidade do processo. A ideia ainda é consolidada e reforçada no Inc. III, art. 12º da Lei de Licitações e Contratos, a saber:

“o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;”

Tratando-se dos princípios norteadores que balizam e governam as contratações públicas, a citada Lei Federal, no art. 5º diz:

“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do



planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).’’

Adicionalmente, menciona-se a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, para quem as regras do procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que:

“sem causar qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, possibilitem a participação do maior número de concorrentes, a fim de que seja possibilitado, se encontrar, entre várias propostas, a mais vantajosa” (STJ. REsp nº 512.179/PR. Rel. Min. Franciulli Neto. Segunda Turma. DJ, 28 out. 2003).

Conclui-se que, a conduta da recorrente ao alegar tais argumentos contra a licitante, contraria a lei, de modo que prejudica o processo licitatório, indo contra as regras editalícias do presente certame, o que fica contrário ao princípio de vinculação ao edital.

Outrossim, amparada pela legislação vigente, a proposta mais vantajosa é compreendida como um dos pilares mais importantes do processo licitatório, consiste na apresentação das melhores condições para a administração pública, incluindo escolher a proposta com o melhor custo-benefício. O critério de avaliação utilizado no **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90001/2025**, foi o de maior desconto, conforme definido no Edital, item 1.1.2, onde a licitação seleciona a oferta com maior desconto, caso cumpra as especificações exigidas no Edital. A utilização de tal critério destina-se a garantir o bom uso dos recursos públicos e a eficiência nas contratações públicas. Desse modo, proposta da licitante **MACARIO CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO LTDA** atendeu a tais preceitos, tanto as especificações exigidas no Edital como os custo-benefício, configurando a proposta mais vantajosa do processo licitatório. Em conformidade com o Princípio da Economicidade, vem expressamente previsto no art. 70 da CF/88 e representa, na promoção de resultados esperados com o menor custo possível, no intuito de minimizar os gastos públicos, sem comprometimento dos padrões de qualidade. Refere-se à capacidade de uma instituição gerir adequadamente os recursos financeiros colocados à sua disposição, como citador a seguir:

“Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.”

Diante do exposto, a proposta da MACARIO CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO LTDA, possui a melhor oferta para administração pública, superando, e muito, o valor do percentual de desconto apresentado pela recorrente, como demonstrado a seguir:



Lote 1

01952.789/0001-43 ME/EPP Aceita e habilitada	MACARIO CONSTRUCAO E IN. PA	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 525.621.0332 (22,63 %) -	▼
41274.505/0001-21 ME/EPP Programa de Integridade	G P CONSTRUÇOES E SERVIC.. MA	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 543.488.2080 (20,00 %) -	▼
19.258.352/0001-70 Programa de Integridade	PREMIER EDIFICACOES LTDA TO	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 573.380.0595 (15,60 %) -	▼
26.746.084/0001-09 Programa de Integridade	MVDC EMPREENDIMENTOS L.. MA	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 586.423.7765 (13,68 %) -	▼

Lote 2

01952.789/0001-43 ME/EPP Aceita e habilitada	MACARIO CONSTRUCAO E IN. PA	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 594.502.0222 (15,65 %) -	▼
41274.505/0001-21 ME/EPP Programa de Integridade	G P CONSTRUÇOES E SERVIC.. MA	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 599.083.2470 (15,00 %) -	▼
26.746.084/0001-09 Programa de Integridade	MVDC EMPREENDIMENTOS L.. MA	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 630.447.0170 (10,55 %) -	▼

Lote 3

01952.789/0001-43 ME/EPP	MACARIO CONSTRUCAO E IN. PA	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 598.614.4240 (18,23 %) -	▼
02.290.672/0001-04	P M & M ENGENHARIA LTDA CE	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 614.939.6064 (16,00 %) -	▼
41274.505/0001-21 ME/EPP Programa de Integridade	G P CONSTRUÇOES E SERVIC.. MA	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 622.260.3160 (15,00 %) -	▼
26.746.084/0001-09 Programa de Integridade	MVDC EMPREENDIMENTOS L.. MA	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 676.433.5671 (7,60 %) -	▼

Lote 4

01952.789/0001-43 ME/EPP Aceita e habilitada	MACARIO CONSTRUCAO E IN. PA	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 582.008.2294 (23,61 %) -	▼
26.746.084/0001-09 Programa de Integridade	MVDC EMPREENDIMENTOS L.. MA	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 684.939.6494 (10,10 %) -	▼

Lote 5

01952.789/0001-43 ME/EPP Aceita e habilitada	MACARIO CONSTRUCAO E IN. PA	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 663.270.0620 (22,65 %) -	▼
41274.505/0001-21 ME/EPP Programa de Integridade	G P CONSTRUÇOES E SERVIC.. MA	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 668.843.7600 (22,00 %) -	▼
26.746.084/0001-09 Programa de Integridade	MVDC EMPREENDIMENTOS L.. MA	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 770.885.3080 (10,10 %) -	▼

Fonte: Portal COMPRAS.GOV.BR

Av. Paralela Norte, SN, KM 230 – centro – Placas- Pará CEP-68 138-000

Email: macariopremoldados7@gmail.com



Realizando uma breve análise, e, considerando que as empresas G P CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA; e P M & M ENGENHARIA LTDA, já estão desclassificadas do certame, observa-se que a Recorrente é a próxima licitante na linha de classificação dos lotes 2, 3, 4 e 5 deste processo, conforme imagens. Após realizar tal observação dos percentuais de descontos entre a recorrente e a licitante, percebe-se uma grande diferença entre os lances ofertados. Em caso hipotético, caso ocorresse a desclassificação da MACARIO CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO LTDA, **tal medida custaria aos cofres públicos o somatório de mais de 5.539.764,55 reais, valor com mais de 13% superior ao apresentado pela recorrida!**

Por fim, cabe destacar que o dispêndio para a Administração Pública entre as duas propostas apresentadas torna-se um fator relevante e imprescindível a ser considerado perante a manutenção e permanência da proposta mais econômica e vantajosa para esse Órgão Público.

4.2 DO ACERVO TÉCNICO

Conforme diligências realizadas pela Comissão de Licitação, a recorrida apresentou documentos comprobatórios, entre eles: Contrato, Notas fiscais, medições e projetos que mais que atestam a veracidade da obra, atos estes que podem ser comprovados via anexo, registro do chat e posterior habilitação da empresa.

Ademais, conforme esclarecido a obra de fato foi finalizada e executada em 2023, porém por questões técnicas e operacionais, a prefeitura somente realizou o pagamento dos serviços em 2024, fato este comprovado pelos documentos juntados.

A duração da obra em nada inválida o atestado de capacidade técnica, pois a obra foi totalmente executada nos prazos contratuais, e junto a prefeitura validando o atestado técnico, devendo o recurso interposto ser indeferido.

4.3 DA AUSÊNCIA DE CONLUÍO ENTRE EMPRESAS

Tratando do escopo da elaboração de atestado mediante prestação de serviço da Empresa MACARIO CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO LTDA e a CONSTRUTORA LORENZONI LTDA, a Recorrente alegar ser **inaceitável e ilegal** a participação e a cessão do acervo técnico entre duas licitantes que participam do mesmo certame, inclusive fez referência ao artigo 9 da Lei de Licitação, impetrando uma ligação forçosa em justificar que a lei PROÍBE expressamente que duas empresas que já estabeleceram vínculo mediante a realização de um serviço em data passada de participarem em uma mesma licitação de construção civil.

Ressalta-se que a recorrente acusa a recorrida de induzir a Administração Pública ao erro, através de condutas classificadas como fraudulentas e simuladas, mas, diante das acusações, não apresentam provas concretas e, também, carece de embasamento jurídico que sustentem tais acusações e condenem a apresentação da documentação desta empresa.

Da Distinção Entre as Empresas

As empresas MACARIO CONSTRUÇÃO e INSTALAÇÃO LTDA E CONSTRUTORA LORENZONI LTDA são pessoas jurídicas absolutamente distintas, com:



- CNPJs diferentes;
- Sócios diferentes;
- Sede em Municípios diferentes;
- Estrutura societária independente;
- Histórico empresarial próprio;

Da Legalidade da Cessão de Acervo Técnico

A cessão de acervo técnico entre empresas é prática absolutamente legal e expressamente permitida pela legislação, desde que devidamente comprovada a execução dos serviços. O art. 30, §1º, inciso I da Lei 14.133/2021 permite a comprovação de aptidão técnica mediante atestados de capacidade técnica.

Da Ausência de Elementos Caracterizadores de Conluio

Para configuração de conluio seria necessário demonstrar:

- Acordo prévio entre as empresas;
- Intenção deliberada de fraudar o certame;
- Prejuízo efetivo à competitividade;

Nenhum destes elementos foi comprovado pela recorrente, que se baseia apenas em suposições e interpretações tendenciosas de fatos normais do procedimento licitatório.

5. DA EMPRESA MVDC EMPREENDIMENTOS LTDA

A recorrente alega e aponta supostos erros quanto a habilitação, demonstrando interesse na desclassificação da empresa MACARIO CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO LTDA, muito embora a própria empresa possui em seus documentos de habilitação diversas falhas e erros graves, como demonstrado a seguir:

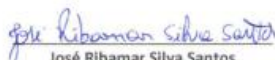


Certifico que a empresa **MVDC EMPREENDIMENTOS LTDA – CNPJ: 26.746.084/0001-09**, localizada na Rua Barão Rio Branco, s/nº, Centro Axixá/MA, não possui débito nesta Prefeitura Municipal, referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano, Alvará de Funcionamento, ISS e qualquer outro tipo de imposto, relativo ao imóvel de sua responsabilidade.

O referido é verdade, eu **José Ribamar Silva Santos**, Chefe do Setor de Tributos, assino a presente Certidão.

Prazo de validade: **120 (cento e vinte dias)**.

Axixá – MA, **15 de janeiro de 2025**.


José Ribamar Silva Santos
Chefe do Setor de Tributos

Fonte: Documentos anexados ao portal COMPRAS.GOV.BR

Segue abaixo ilustração da regra explicita no item 11.1.1.a1 do edital:

- a1) Nota: A Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitidas pela RFB e PGFN, bem como a Certidão referente à Contribuição Previdenciária (INSS), emitida pela RFB, expedidas anteriormente à vigência da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014, alterada pela Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.821, de 17 de outubro de 2014, poderão ser apresentadas para satisfazer a exigência desta alínea, desde que estejam **dentro do prazo de validade** nelas constantes, conforme prevê a Portaria MF nº 358, de 5/9/2014 (publicada no DOU de 9/9/2014).

Fonte: EDITAL DO PREGÃO

Conforme podemos constar na última imagem, a certidão negativa de débitos municipal que a empresa apresentou encontra-se fora da validade, bem como as que serão descriminadas a seguir:



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Dados do Fornecedor

CNPJ: 26.746.084/0001-09 DUNS@: 94*****58
Razão Social: MVDC EMPREENDIMENTOS LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Inscrição Estadual e Municipal

Inscrição Estadual: 125113412
Inscrição Municipal: 2021211316

Comprovante de Regularidade Estadual/Distrital

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 15/04/2025
Código de Controle: 019325/25

Comprovante de Regularidade Municipal

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 15/05/2025
Código de Controle: S/N

Fonte: Documentos anexados ao portal COMPRAS.GOV.BR

Ainda no item 11.1.1.a do edital, também diz respeito da verificação das certidões consolidadas junto ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, porém, o cadastro que a empresa anexou ao processo encontra-se desatualizado, com certidões fora da data de validade e, inclusive, a Certidão do CREA- CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, conforme segue:



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Dados do Fornecedor

CNPJ: 26.746.084/0001-09 DUNS@: 94*****58
Razão Social: MVDC EMPREENDIMENTOS LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 04/07/2025

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Comprovante de Regularidade da Receita Federal e PGFN

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 21/05/2025
Código de Controle: 99F2A25941549718

Comprovante de Regularidade do FGTS

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 04/04/2025
Código de Controle: 2025030607474353929673

Comprovante de Regularidade do TST

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 13/09/2025
Código de Controle: 154786372025

Fonte: Documentos anexados ao portal COMPRAS.GOV.BR

Av. Paralela Norte, SN, KM 230 – centro – Placas- Pará CEP-68 138-000

Email: macariopremoldados7@gmail.com



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível V - Qualificação Técnica

Dados do Fornecedor

CNPJ: 26.746.084/0001-09 DUNS@: 94*****58
Razão Social: MVDC EMPREENDIMENTOS LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Entidades de Classe

Entidade e UF	Nº Registro	Data de Validade
CREA MA	0005371104	31/03/2025

Fonte: Documentos anexados ao portal COMPRAS.GOV.BR



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 26.746.084/0001-09 DUNS@: 94*****58
Razão Social: MVDC EMPREENDIMENTOS LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 04/07/2025
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Demais

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	21/05/2025	Automática
FGTS	Validade:	04/04/2025	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	13/09/2025	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal


Receita Estadual/Distrital	Validade:	15/04/2025
Receita Municipal	Validade:	15/05/2025

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 30/04/2025

Fonte: Documentos anexados ao portal COMPRAS.GOV.BR

**CAIXA**
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 26.746.084/0001-09
Razão Social: MVDC EMPREENDIMENTOS LTDA
Endereço: - RUA BARAO RIO BRANCO SN - / - / AXIXA / MA / 65148-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 25/03/2025 a 23/04/2025

Certificação Número: 2025032521564353929611

Informação obtida em 01/04/2025 09:11:24

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

Fonte: Documentos anexados ao portal COMPRAS.GOV.BR

Cabe ressaltar que as datas de validade das presentes certidões já se encontravam vencidas antes mesmo da data de abertura do certame, a saber, do dia 09/04/2025!

Ademais, o certificado de regularidade do FGTS-CRF encontra-se vencido, de igual maneira no relatório do SICAF. Após cuidadosa análise, foi verificado na qualificação econômica a ausência do balanço referente ao último exercício social que diz respeito ao ano de 2024, bem como, constatamos a ausência do livro diário dos balanços apresentados junto ao processo, exigência essa solicitada no item 11.1.3.c do Edital do pregão. Além das inconformidades citadas, verificou-se a ausência do envio das declarações solicitadas nos itens 3.4.4, e 6.1.10 (A, C, D, E, F).

Diante das inconsistências expostas, as irregularidades encontradas configuram grave afronta aos princípios norteadores do certame, uma vez que, o edital é claro quando menciona do prazo da validade das certidões, conforme segue:



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba- Codevasf
10ª Secretaria Regional De Licitações – 10º/SL

- 11.5. A validade das certidões referidas no subitem 11.1.1 corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, a Codevasf convencionou o prazo como sendo o de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese do licitante em comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao antes convencionado, mediante a juntada de norma legal pertinente.

Fonte: EDITAL DO PREGÃO



Por fim, todas as alegações apresentadas pela MVDC EMPREENDIMENTOS LTDA tornam-se infundadas, pois o único interesse dessa na desclassificação da MACARIO CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO LTDA define-se somente em garantir a sua própria habilitação, visto que, sua proposta e documentos de habilitação foram aceitos nos lotes 06 e 07, e, nos lotes 02, 03, 04 e 05; é a subsequente.

O recurso interposto carece de fundamentos sólidos, baseando-se em interpretações equivocadas da legislação e suposições improcedentes sobre a conduta desta empresa.

A documentação apresentada está em conformidade com as exigências editalícias e a legislação aplicável, não havendo qualquer irregularidade que justifique a inabilitação requerida.

A habilitação desta empresa atende ao interesse público e preserva os princípios que regem as licitações públicas, garantindo a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração.

REQUERIMENTO

Que o recurso da MVDC EMPREENDIMENTOS LTDA seja indeferido, visto que, suas alegações não são plausíveis, tão pouco fundamentadas;

Que mantenha a decisão da HABILITAÇÃO da empresa MACARIO CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO;

Nestes termos, Pede Deferimento.

Placas-PA, 03 de junho de 2025

JULIANA BARBOSA DOS SANTOS
RG: 067250612018-0
CPF: 631.607.163-92
Sócia Administradora
MACARIO CONSTRUCAO E INSTALACAO LTDA
CNPJ: 01.952.789/0001-43